ISSN: 2358-8829

A URGÊNCIA DO DEBATE SOBRE GÊNERO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA

Beatriz dos Santos Melo [1]
Débora de Aguiar Lage [2]

INTRODUÇÃO

A educação sexual integral compreende um processo educativo que envolve dimensões cognitivas, emocionais, físicas e sociais da sexualidade, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores relacionados à saúde, ao bem-estar, à dignidade, às relações respeitosas e ao exercício de direitos (Unesco, 2019). Nessa perspectiva, sua presença na escola não deve se restringir a temas biologizantes, como reprodução humana, métodos contraceptivos e infecções sexualmente transmissíveis, mas incorporar discussões sobre gênero, diversidade, consentimento, afetividade, cuidado, prevenção de violências e relações de poder.

Na formação de professores de Ciências e Biologia, essa discussão adquire relevância particular, uma vez que esses componentes curriculares constituem espaços privilegiados para o tratamento de temas relacionados ao corpo, à puberdade, à reprodução e à saúde. Entretanto, quando abordados exclusivamente a partir de referenciais biológicos, esses conteúdos podem contribuir para naturalizar diferenças e desigualdades socialmente construídas. Além disso, situações de assédio, violência de gênero, discriminação, circulação de imagens íntimas e disseminação de discursos misóginos podem emergir no cotidiano escolar, exigindo dos professores conhecimentos e estratégias que ultrapassem a transmissão de conteúdos disciplinares.

Essa necessidade formativa se intensifica diante das disputas contemporâneas sobre gênero e sexualidade na educação e da circulação de discursos conservadores e

[1] Doutoranda em Ensino em Biociências e Saúde pela FIOCRUZ – RJ biamelouerj@gmail.com;
[2] Doutora em Biologia Vegetal e professora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - deboralage.uerj@gmail.com;

misóginos nas plataformas digitais. Nesse cenário, torna-se fundamental preparar futuros professores para problematizar desigualdades, reconhecer diferentes formas de violência e construir práticas educativas comprometidas com os direitos humanos, o respeito à diversidade e a promoção de relações mais equitativas. Tal perspectiva também demanda considerar a articulação entre gênero, raça e outros marcadores sociais na compreensão das desigualdades e das experiências vivenciadas por crianças, adolescentes e jovens.

Para aproximar essas discussões da prática profissional, os casos de ensino, também conhecidos como estudos de caso, constituem uma estratégia formativa relevante, pois permitem analisar situações concretas, mobilizar conhecimentos teóricos, comparar possibilidades de intervenção e justificar decisões docentes. Sua utilização pode contribuir para que futuros professores reflitam sobre desafios que poderão enfrentar no exercício profissional, em um ambiente formativo que favoreça a argumentação e a consideração de diferentes perspectivas.

Diante desse contexto, este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvido com estudantes de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro, em 2026. O objetivo foi fomentar reflexões críticas sobre educação sexual integral na formação inicial docente, considerando a articulação entre gênero, raça e outros marcadores sociais como dimensões fundamentais para compreender desigualdades e violências presentes na sociedade e na escola, bem como aproximar esses referenciais de situações concretas da atuação profissional de professores de Ciências e Biologia, com vistas à promoção de masculinidades mais saudáveis e de relações pautadas na ética, no cuidado e no respeito à dignidade humana.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação sexual integral, direitos humanos e formação docente

No contexto brasileiro, a compreensão ampliada da educação sexual encontra amparo nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que apresentavam a Orientação Sexual como tema transversal e reconheciam as relações de gênero como uma dimensão do trabalho educativo (Brasil, 1998). Essa abordagem aproxima-se dos pressupostos da Educação em Direitos Humanos, pois, para Benevides (2001), educar em direitos humanos envolve construir uma cultura de respeito à dignidade humana, não se limitando à transmissão de conhecimentos, mas alcançando valores, atitudes e práticas sociais. O

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos também situa a educação como espaço estratégico para a formação de sujeitos de direitos e para o enfrentamento das discriminações e desigualdades (Brasil, 2018).

Essa concepção exige superar formas reducionistas de educação sexual formal. Furlani (2009) problematiza as abordagens biologizantes e moralizantes que restringem a sexualidade à prevenção e ao controle dos comportamentos, enquanto Figueiró (2026) reafirma sua dimensão educativa e formativa, necessária à construção da autonomia juvenil. Louro (1999), ao discutir as pedagogias da sexualidade, demonstra que a escola produz aprendizagens sobre corpos, gêneros e sexualidades mesmo quando esses conteúdos não aparecem formalmente no currículo. Normas, expectativas, piadas, silêncios, punições e formas diferenciadas de reconhecimento também ensinam quais modos de existência são considerados legítimos dentro e fora dos espaços escolares.

Assim, o silêncio diante dessas questões não produz neutralidade, pois crianças e jovens continuam construindo repertórios sobre masculinidades, feminilidades, relações afetivas e sexualidade por meio das famílias, dos grupos de pares, das instituições religiosas, dos produtos culturais e das plataformas digitais. Nesse cenário, a educação sexual crítica pode contribuir para que esses discursos sejam objeto de análise e problematização no espaço educativo.

Na formação de professores de Ciências e Biologia, torna-se necessário articular os conhecimentos científicos às dimensões sociais, culturais e políticas da sexualidade. Melo e Lage (2024; 2025), ao discutirem reprodução humana e saúde reprodutiva no ensino de Ciências, destacam a importância de relacionar esses conteúdos aos direitos humanos, às questões de gênero e sexualidade e aos determinantes socioculturais. Experiências anteriores relacionadas à formação docente também reforçam a importância de espaços sistemáticos de reflexão para que professores em formação discutam sexualidade para além de mitos, tabus e abordagens exclusivamente biomédicas (Melo; Magalhães; Lage, 2024).

Disputas contemporâneas, mídias digitais e pedagogias das masculinidades

A necessidade de uma formação docente crítica se intensifica diante das disputas contemporâneas sobre gênero e sexualidade na educação. Balieiro (2018) analisa a construção de um pânico moral baseado na ideia da “criança sob ameaça”, enquanto Leite

(2019) discute controvérsias relacionadas ao projeto Escola sem Homofobia e à disseminação da expressão “ideologia de gênero”. Estudos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também identificam disputas e apagamentos envolvendo gênero e sexualidade durante sua elaboração (Santos; Miesse; Carvalho, 2024). Em perspectiva mais ampla, Biroli e Rousseau (2025) analisam o ativismo antigênero como fenômeno político que passou a interferir em políticas públicas e instituições democráticas na América Latina, incluindo as políticas educacionais.

Em publicações recentes, como a coletânea *Educação sexual e desafios contemporâneos*, organizada por Brancaleoni (2026), essas disputas são discutidas em articulação com os desafios relacionados ao neoconservadorismo, às masculinidades, à LGBTfobia, às mídias digitais e às desigualdades. Ramos e Sierra (2026), por exemplo, analisam pedagogias de masculinidades e infâncias em contextos neoconservadores antigênero, enquanto Brancaleoni e Oliveira (2026) defendem uma educação sexual crítica orientada por uma ética do cuidado, baseada na empatia, na responsabilidade coletiva e no reconhecimento de crianças e jovens como sujeitos de direitos.

As plataformas digitais acrescentam outra dimensão a essas disputas. O grupo de pesquisa NetLab/UFRJ identificou ampla circulação de conteúdos misóginos e antifeministas no YouTube, incluindo comunidades associadas à chamada machosfera (Santini *et al.*, 2024). Pipino e Porchat (2026) discutem como expectativas de virilidade, força, autossuficiência e recusa da vulnerabilidade atravessam processos de socialização masculina, enquanto Suficier, Taborda e Silva (2026) analisam discursos *red pill* como formas de educação para a violência simbólica contra meninas e mulheres.

Essas discussões reforçam a importância de incluir meninos e jovens nos processos educativos sobre gênero, não apenas como destinatários de advertências, mas como sujeitos capazes de refletir sobre cuidado, consentimento, corresponsabilidade e construção de relações mais equitativas. Essa perspectiva também está presente no Programa H (Instituto Promundo, 2025), voltado ao trabalho com homens jovens e à promoção de relações de gênero mais equitativas.

Estudos de caso como estratégia de formação docente

Os desafios relacionados à educação sexual integral demandam estratégias formativas que permitam aos futuros professores relacionar conhecimentos teóricos a situações concretas da atuação profissional. Nesse sentido, os casos de ensino constituem

uma possibilidade relevante. Shulman (1992) e Merseth (1991) destacam seu potencial para aproximar conhecimentos teóricos de problemas concretos da docência, permitindo que futuros professores interpretem situações, comparem possibilidades e justifiquem suas decisões. No Brasil, Nono e Mizukami (2002) demonstram que estudos de caso podem favorecer a aprendizagem profissional e explicitar conhecimentos mobilizados pelos professores. Revisões posteriores reafirmam sua contribuição para processos reflexivos na formação inicial e continuada (Calil; Almeida; Tinti, 2021).

Essa estratégia também pode ser compreendida como uma "aproximação da prática", nos termos de Grossman *et al.* (2009), ao possibilitar que futuros profissionais ensaiem partes do trabalho docente em ambiente formativo protegido. Pesquisas mais recentes indicam que casos simulados podem contribuir para o raciocínio diagnóstico e para a tomada de decisão profissional (Bichler *et al.*, 2024), além de favorecer a consideração de múltiplas perspectivas em contextos de diversidade (Carbonneau *et al.*, 2025).

No campo da educação sexual integral, a análise de casos pode favorecer a problematização de situações que envolvam discriminação, violência de gênero, discursos misóginos, consentimento e desigualdades sociais, estimulando a reflexão sobre responsabilidades, possibilidades de intervenção e limites da atuação docente. Ao articular os conhecimentos científicos e pedagógicos às dimensões éticas e sociais da profissão, essa estratégia pode contribuir para uma formação comprometida com os direitos humanos, a prevenção das violências e a construção de ambientes escolares mais inclusivos e respeitosos.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de abordagem qualitativa, desenvolvido, em 2026, com 15 estudantes de um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro.

A atividade formativa articulou discussões teóricas sobre educação sexual integral, direitos humanos, relações de gênero, relações étnico-raciais, masculinidades, interseccionalidade, violências e desafios contemporâneos presentes no contexto escolar. Posteriormente, os licenciandos participaram de uma atividade baseada em estudos de casos simulados, construída por meio de um conjunto de 20 cartas organizadas por cores.

ISSN: 2358-8829

Cada conjunto de cartas representava uma dimensão do cenário escolar, como por exemplo: as cartas vermelhas apresentavam uma situação-problema relacionada a gênero, sexualidade ou violência. Entre os casos utilizados estavam: a criação de um grupo de WhatsApp por meninos para classificar quais meninas da turma seriam “mais estupráveis”; o assédio de uma estudante acompanhado de comentários obscenos sobre seu corpo; a desqualificação de uma aluna por um colega após ela formular uma dúvida durante a aula; e a circulação, no contexto escolar, de uma imagem falsa de nudez envolvendo uma docente.

As cartas amarelas definiam o tipo de instituição onde ocorreu o caso, como por exemplo: escola pública, escola particular de bairro, escola técnica ou escola particular pertencente a uma rede. As cartas verdes delimitavam a etapa ou modalidade de ensino, incluindo anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. As cartas laranjas introduziam características da turma, como presença de estudantes autistas com diferentes níveis de suporte, maior quantidade de meninos, presença significativa de filhos de policiais ou militares e alunas evangélicas. As cartas azuis situavam territorialmente a instituição, contemplando região central, zona rural, periferia ou bairro de maior renda.

A combinação de uma carta de cada conjunto produzia um cenário fictício, porém verossímil e a partir dele, os licenciandos eram convidados a se posicionar como professores regentes de Ciências ou Biologia e refletir sobre como compreenderiam a situação, quais aspectos precisariam considerar, quais responsabilidades competiriam ao professor e à instituição e quais formas de intervenção pedagógica poderiam ser construídas e como acionar os demais órgãos da rede de proteção infanto-juvenil caso fosse necessário.

Essa estratégia de ensino não buscava produzir uma resposta única por parte dos discentes, seu objetivo era promover raciocínio profissional situado, de modo que os participantes percebessem que uma mesma situação de violência pode exigir estratégias diferenciadas conforme idade dos estudantes, organização institucional, território, composição da turma e demais características do contexto, sem que essas particularidades relativizassem direitos fundamentais.

Essa organização aproxima-se da utilização de casos de ensino (estudos de caso) na formação docente, entendidos como dispositivos para articular conhecimentos acadêmicos, interpretação de problemas e tomada de decisão profissional (Shulman,

1992; Merseth, 1991; Nono; Mizukami, 2002). Também dialoga com a noção de aproximações da prática (Grossman *et al.*, 2009), ao permitir que futuros professores ensaiem processos de percepção, análise e decisão antes de enfrentarem situações semelhantes no exercício profissional. Por envolver dilemas relacionados a violência, direitos e discriminação, a discussão dos casos foi articulada aos referenciais teóricos previamente trabalhados, evitando que a atividade se restringisse à exposição de opiniões individuais. Essa preocupação dialoga com Vazquez e Webster (2024), que defendem a necessidade de relacionar análises de dilemas profissionais a fundamentos teóricos e éticos capazes de orientar o julgamento docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade formativa evidenciou elevado engajamento dos estudantes e indicou que os casos de ensino favoreceram a aproximação entre discussões conceituais e situações concretas da atuação docente. Ao invés de analisar gênero e sexualidade apenas como temas abstratos, os licenciandos precisaram imaginar-se diante de episódios que poderiam ocorrer no cotidiano escolar e refletir sobre possibilidades de ação como professores de Ciências ou Biologia.

Um primeiro aspecto observado foi o deslocamento da pergunta “o que é essa violência?” para “como agir diante dela?”. Reconhecer que determinada situação constitui assédio, misoginia ou discriminação representa apenas uma etapa do problema profissional. Nessas situações delicadas do cotidiano escolar o professor precisa também considerar como intervir, como proteger os sujeitos envolvidos, como comunicar o ocorrido à instituição e quais ações pedagógicas podem contribuir para evitar sua naturalização.

Essa dimensão aproxima-se do potencial formativo atribuído aos casos por Shulman (1992), Merseth (1991) e Nono e Mizukami (2002). Os casos não funcionam apenas como exemplos ilustrativos de conceitos, mas como dispositivos que demandam interpretação, seleção de informações, mobilização de conhecimentos e construção de decisões. Bichler *et al.* (2024) também destacam que casos simulados podem favorecer processos de raciocínio profissional semelhantes aos exigidos em situações reais.

A estrutura combinatória das cartas ampliou essa complexidade, pois um mesmo episódio poderia ser analisado em diferentes tipos de escola, etapas de ensino, territórios

e configurações de turma. Esse recurso buscou evidenciar que respostas pedagógicas não são produzidas em ambientes abstratos, e aspectos relacionados à idade dos estudantes, estrutura institucional, relações com famílias, recursos disponíveis e características socioculturais interferem na maneira pela qual o professor planeja sua intervenção.

Ao mesmo tempo, foi explicado aos licenciandos que a contextualização não deveria transformar características sociais em explicações deterministas. A presença de estudantes evangélicos, filhos de policiais, estudantes autistas ou a localização da escola em uma periferia, por exemplo, não nos permite presumir previamente comportamentos ou posicionamentos dos estudantes. Dessa forma, o uso desse material na forma de cartas também possibilitou problematizar estereótipos e refletir sobre os pressupostos mobilizados pelos próprios futuros professores ao interpretar uma realidade.

Nesse ponto, a estratégia de ensino dialogou com uma perspectiva mais interseccional, pois as experiências escolares são atravessadas simultaneamente por gênero, raça, classe, território, deficiência, religião, geração e sexualidade. Portanto, compreender essas articulações é um aspecto importante a ser desenvolvido na percepção dos licenciandos para evitar a construção de um estudante universal e abstrato. Carbonneau *et al.* (2025) demonstram que o trabalho com casos pode favorecer a consideração de múltiplas perspectivas na formação de professores, sobretudo quando os cenários apresentam situações relacionadas à diversidade social e cultural.

Outro eixo relevante esteve relacionado ao papel do professor diante das violências, pois situações como assédio, comentários sexualizados, humilhação pública ou circulação de imagens falsas de nudez ultrapassam os conteúdos tradicionais de Ciências e Biologia, mas não estão necessariamente fora da responsabilidade educativa do professor. Reconhecer, interromper a naturalização, acolher, registrar e encaminhar adequadamente situações de violência também integra o trabalho escolar. Essa compreensão encontra respaldo na Educação em Direitos Humanos e em normas brasileiras que reconhecem a responsabilidade da escola na prevenção e no enfrentamento das violências. Melo, Lage e Guimarães (2024), ao relatarem uma experiência relacionada ao Maio Laranja na educação básica, também demonstram que estudos de caso podem contribuir para o reconhecimento de violações de direitos e para a discussão do papel protetivo da escola.

Os casos utilizados também permitiram abordar o tema midiático em voga em 2026 que foi as masculinidades, já que parte das situações problematizava ações de meninos dirigidas às meninas, como assédio, sexualização e desqualificação. Trabalhar esses

episódios não significa atribuir aos homens uma predisposição natural à violência, mas discutir como determinadas expectativas sociais de masculinidade podem valorizar demonstrações de virilidade, dominação, objetificação das mulheres ou recusa da vulnerabilidade. Pipino e Porchat (2026) destacam que expectativas relacionadas à força, autossuficiência e disponibilidade sexual atravessam a socialização masculina e podem produzir impactos tanto nas relações estabelecidas com mulheres quanto na própria relação dos homens com cuidado, corpo e emoções. O Programa H também demonstra a relevância de envolver meninos e jovens em atividades reflexivas sobre masculinidades, sexualidade, cuidado e prevenção da violência (Instituto Promundo, 2025).

A circulação atual exacerbada de discursos misóginos nos ambientes digitais amplia a pertinência desse debate. Santini *et al.* (2024) demonstraram a existência de ecossistemas digitais de produção e monetização de conteúdos misóginos no YouTube desde a pandemia enquanto Suficier, Taborda e Silva (2026), ao analisarem discursos red pill, evidenciaram que esses espaços podem atuar como formas de pedagogia informal, oferecendo interpretações sobre mulheres, homens, relações afetivas e poder. Dessa maneira, a escola não é o único espaço no qual jovens aprendem sobre gênero, mas pode constituir um local privilegiado para problematizar criticamente essas aprendizagens.

Dentre as histórias fictícias, mas realistas dos estudos de casos tivemos a situação envolvendo uma imagem falsa de nudez produzida digitalmente também permitiu aproximar educação sexual, gênero e cultura digital. Tecnologias contemporâneas ampliaram as possibilidades de manipulação de imagens, exposição e humilhação, criando novos desafios para professores e instituições escolares, desse modo a educação sexual precisa, portanto, dialogar com educação midiática, privacidade, consentimento e responsabilidade no uso das tecnologias.

A proposta permitiu ainda discutir a insegurança que pode atravessar a atuação docente diante de gênero e sexualidade devido as controvérsias relacionadas à chamada “ideologia de gênero”, ao Escola sem Homofobia e às disputas curriculares produziram um ambiente no qual professores podem evitar determinados temas por receio de conflitos com famílias, gestores ou grupos políticos (Balieiro, 2018; Leite, 2019; Biroli; Rousseau, 2025). Ramos e Sierra (2026) demonstram que discursos antigênero também participam de processos contemporâneos de produção de masculinidades e infâncias.

Nesse sentido, uma contribuição da atividade foi deslocar o debate da pergunta genérica sobre ser “favorável” ou “contrário” à discussão de gênero para problemas

profissionais concretos, assim como acolher as dúvidas, medos e angústias dos futuros professores que temem represálias durante sua atuação profissional. A formação inicial precisa, portanto, oferecer ferramentas para que futuros professores distingam opinião pessoal, conhecimento científico, princípios de direitos humanos, responsabilidades institucionais e escolhas pedagógicas, para que se sintam seguros em exercer sua profissão. Essa preparação é essencial no ensino de Ciências e Biologia, pois são as disciplinas que normalmente são convocadas a trabalhar os temas relacionados a corpo, reprodução, sexualidade e saúde dentro do espaço escolar.

O elevado engajamento observado e a qualidade das discussões desencadeadas pelos licenciandos presentes reforçam o potencial dos casos como estratégia formativa dentro dos cursos de licenciatura. A proposta possibilitou que os licenciandos ensaiassem processos de tomada de decisão em ambiente protegido e aproximassem os referenciais de gênero, sexualidade, direitos humanos e interseccionalidade das exigências concretas da profissão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade formativa realizada reforça a importância de inserir de maneira sistemática discussões sobre gênero, masculinidades, sexualidade, direitos humanos e interseccionalidade na formação inicial de professores de Ciências e Biologia. Esses temas não estão presentes na escola apenas quando integram formalmente o currículo, na verdade emergem cotidianamente nas relações entre estudantes, nas violências, nos discursos digitais, nas normas de gênero e nas dúvidas relacionadas ao corpo, à reprodução e à sexualidade.

Por essa razão, uma formação exclusivamente centrada nos conteúdos biológicos mostra-se insuficiente na formação dos professores. O domínio dos conhecimentos científicos é indispensável à docência, mas precisa ser articulado a ferramentas que permitam compreender as dimensões sociais, culturais e éticas envolvidas nas situações vivenciadas pelos estudantes.

Os estudos de caso mostraram-se uma estratégia pertinente para promover essa articulação, devido a combinação entre situação-problema, contexto institucional, etapa escolar, características da turma e território permitiu aproximar teoria e prática e problematizar a inexistência de respostas pedagógicas universais para situações

complexas. A experiência também reafirma a necessidade de incluir meninos e o tema das masculinidades no campo da educação sexual, reconhecendo-os como sujeitos capazes de refletir e transformar as normas de gênero que influenciam as relações de poder dentro e fora do espaço escolar. Em nosso atual contexto virtual, diante da expansão das culturas digitais e da circulação de discursos misóginos, a escola possui papel importante na construção de repertórios críticos relacionados ao consentimento, cuidado, respeito, igualdade e convivência democrática.

Conclui-se que práticas formativas baseadas em estudos de casos podem contribuir para que futuros professores desenvolvam não apenas conhecimentos conceituais, mas capacidade de interpretar situações complexas, reconhecer responsabilidades profissionais e construir intervenções pedagogicamente fundamentadas. Fortalecer essa dimensão da formação docente constitui condição essencial para uma educação comprometida com os direitos humanos, a diversidade e a dignidade de todos sujeitos.

Palavras-chave: Educação em sexualidade; Formação docente, Relações de gênero, Masculinidades, Direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, e185306, 2018. DOI: 10.1590/18094449201800530006.

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: de que se trata? Convenit Selecta, São Paulo, v. 6, p. 43-50, jan./jun. 2001.

BICHLER, Sarah et al. Promoting diagnostic reasoning in teacher education: the role of case format and perceived authenticity. European Journal of Psychology of Education, v. 39, p. 3227-3252, 2024.

BIROLI, Flávia; ROUSSEAU, Stéphanie. The effects of anti-gender activism on Latin American democracies: a comparison of Brazil and Peru. Journal of Gender Studies, v. 34, n. 5, p. 669-683, 2025.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Do abandono à ética do cuidado: pelo direito das pessoas jovens à educação sexual. In: BRANCALEONI, Ana Paula Leivar (org.). Educação sexual e desafios contemporâneos. Cachoeirinha: Fi, 2026. p. 87-108.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais: orientação sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. 3. reimpr. simpl. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

CALIL, Ana Maria Gimenes Corrêa; ALMEIDA, Patrícia Albieri de; TINTI, Douglas da Silva. As pesquisas sobre casos de ensino: uma revisão integrativa. Roteiro, Joaçaba, v. 46, e27248, 2021.

CARBONNEAU, Kira J.; BARRIO, Brenda; ARDASHEVA, Yuliya; NEWCOMER, Sarah. The effect of case-based instruction on teacher candidates' culturally responsive knowledge: a mixed-methods study. Journal of the Scholarship of Teaching and Learning, v. 25, n. 1, p. 29-51, 2025.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: em que consiste? Por que é necessária? In: BONATO, Fernanda Rafaela Cabral; GIRARDELLO, Robson Tscha; GOUVÊA, Rodrigo (org.). E agora, o que eu faço? Um guia para compreender e ajudar filhas/os/es LGBTQIAPN+. Barueri: Manole, 2026. p. 363-372.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da educação sexual na escola. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Sexualidade. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 37-48.

GROSSMAN, Pam et al. Teaching practice: a cross-professional perspective. Teachers College Record, v. 111, n. 9, p. 2055-2100, 2009.

HENRIQUES, Ricardo et al. (org.). Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2007. (Cadernos SECAD, 4).

INSTITUTO PROMUNDO. Programa H: manual para a ressignificação das masculinidades. Rio de Janeiro: Instituto Promundo, 2025.

LEITE, Vanessa Jorge. A captura das crianças e adolescentes: refletindo sobre controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade nas políticas de educação. Série-Estudos, Campo Grande, v. 24, n. 52, p. 11-30, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-34.

MELO, Beatriz dos Santos; GUIMARÃES, Paula Giovanini; LAGE, Débora de Aguiar. Maio Laranja: o papel da escola no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2024. Anais do X CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2024.

MELO, Beatriz dos Santos; LAGE, Débora de Aguiar. Do direito à informação à educação integral na adolescência: o ensino de reprodução humana no Brasil. In: SILVA, Ana Beatriz; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; WAY, Patrícia Vieira Dourado (org.). Direitos humanos e saúde: gênero e sexualidade em vozes insurgentes. Salvador: EDUFBA, 2024. p. 247-261.

MELO, Beatriz dos Santos; LAGE, Débora de Aguiar. Reprodução humana e debates contemporâneos em saúde reprodutiva: uma proposta de sequência didática para o ensino de Ciências a partir da ótica dos direitos humanos. In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 9., 2025. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2025.

MELO, Beatriz dos Santos; MAGALHÃES, Vitória Areias; LAGE, Débora de Aguiar. Educação sexual na formação de professores: o papel da extensão universitária no diálogo sobre as nuances da sexualidade. Interagir: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n. 37, p. 121-132, 2024.

MERSETH, Katherine K. The case for cases in teacher education. Washington, DC: American Association of Colleges for Teacher Education, 1991.

NONO, Maévi Anabel; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Casos de ensino e processos de aprendizagem profissional docente. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 83, n. 203/204/205, p. 72-84, 2002.

PIPINO, Beatriz Fernandes; PORCHAT, Patrícia. Masculinidade tóxica: um desafio para a educação sexual. In: BRANCALEONI, Ana Paula Leivar (org.). Educação sexual e desafios contemporâneos. Cachoeirinha: Fi, 2026. p. 17-34.

RAMOS, Edimauro Matheus Carriel; SIERRA, Jamil Cabral. Pedagogias de masculinidades e de infâncias em contextos neoconservadores antigênero. In: BRANCALEONI, Ana Paula Leivar (org.). Educação sexual e desafios contemporâneos. Cachoeirinha: Fi, 2026. p. 35-56.

SANTINI, R. Marie et al. “Aprenda a evitar ‘esse tipo’ de mulher”: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube. Rio de Janeiro: NetLab/UFRJ, 2024.

SANTOS, Marina Silveira Bonacazata; MIESSE, Maria Carolina; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. As questões de gênero e sexualidade e o Movimento Escola Sem Partido: qual o impacto para a Base Nacional Comum Curricular? Diversidade e Educação, v. 9, n. esp., p. 509-531, 2024.

SHULMAN, Lee S. Toward a pedagogy of cases. In: SHULMAN, Judith H. (ed.). Case methods in teacher education. New York: Teachers College Press, 1992. p. 1-30.

SUFICIER, Darbi Masson; TABORDA, Jeferson Camargo; SILVA, Rosangela da. A misoginia Red Pill: uma educação para a violência simbólica. In: BRANCALEONI, Ana Paula Leivar (org.). Educação sexual e desafios contemporâneos. Cachoeirinha: Fi, 2026. p. 357-372.

UNESCO. Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências. 2. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2019.

VAZQUEZ, Michael; WEBSTER, Dustin. Case-based reasoning in educational ethics: phronēsis and epistemic blinders. Educational Theory, v. 74, n. 4, p. 492-511, 2024.